

Fundo contra a pobreza será votado hoje pela CCJ

Duas propostas de emenda constitucional sobre o combate à miséria foram reunidas em substitutivo pelo senador Lúcio Alcântara, que estima uma arrecadação entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões por ano



Governadores de 15 estados apresentaram ao senador Antonio Carlos Magalhães propostas de mudanças no projeto

GOVERNADORES DISCUTEM COM ACM LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PÁGINA 2

O substitutivo do senador Lúcio Alcântara às duas propostas de emenda constitucional que criam um fundo de combate à pobreza deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto prevê, entre as fontes

de recursos para o fundo, adicionais de 0,08% sobre a CPMF e de 5% sobre o IPI, e a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Alcântara estima que será possível arrecadar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões por ano.

Relator confia na aprovação de parecer sobre a DRU

Incluída na pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU) pode ter seu parecer aprovado sem modificações. Esta é a expectativa do relator, senador Lúcio Alcântara.



Lúcio Alcântara

PÁGINA 2

Andrea Calabi explicou ao senador Bello Parga (D) e demais integrantes da CAE como o BNDES tem aplicado seus recursos



Senadores pedem ação do BNDES para reduzir desequilíbrios

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, reconheceu ontem, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a concentração dos financiamentos da instituição nas regiões Sudeste e Sul. Segundo ele, isso se explica pela concentração histórica do desenvolvimento nas duas regiões.

Entretanto, vários senadores manifestaram, durante a reunião da CAE, a opinião de que o BNDES deve atuar como instrumento para a redução das desigualdades regionais, direcionando mais recursos para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. “O BNDES não tem que ser um hospital de empresas, e sim uma incubadora”, disse o senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento para o convite a Andrea Calabi.

PÁGINA 4



Antonio Carlos Magalhães e os 15 governadores conversaram sobre os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas finanças dos estados

ACM recebe governadores e ouve reivindicações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem à tarde 15 governadores, que vieram discutir os efeitos do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal para as finanças estaduais. O projeto, aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Três pontos foram levados a Antonio Carlos:

- retirar o dispositivo que proíbe despesas com juros acima do percentual fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- acabar com a cobrança de comissão da União na concessão de aval aos estados nos empréstimos externos; e
- incluir gradualmente a nova sistemática relativa aos precatórios.

O governador de São Paulo, Mário

Senador é contra mudar projeto

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ser contra qualquer mudança no projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal aprovado pela Câmara, mas ressaltou que esta pode não ser a posição da maioria do Senado.

Antonio Carlos considerou "importante ouvir, com toda a atenção, o que os governadores têm a dizer". O presidente do Senado descartou qualquer possibilidade de pressão dos estados sobre os parlamentares para adiar a votação da lei. "Até porque muitos governadores já foram senadores e sabem que a Casa decide com total independência", frisou.

O senador manifestou-se contra a concessão de abono para os juízes federais, em função da ameaça de greve dos magistrados. Para ele, se isso acontecer outras categorias podem exigir o mesmo tratamento. Na sua opinião, a prioridade no momento deve

Covas, um dos presentes à reunião com Antonio Carlos Magalhães, disse que os estados desejam tornar a Lei de Responsabilidade Fiscal mais dura, mais austera, e estão em posição que lhes permite reivindicar isso:

— Quem melhor fez a lição do ajuste fiscal, nos últimos cinco anos, não foi a União, foram os estados — disse Covas.

Também estiveram presentes os governadores Esperidião Amin (SC), Ovídio Dutra (RS), Jaime Lerner (PR), Jorge Viana (AC), Francisco de Moraes (PI), Garibaldi Alves (RN), Neudo Campos (RR), Albano Franco (SE), Marconi Perillo (GO), Dante de Oliveira (MT), Tasso Jereissatti (CE), Roseana Sarney (MA), César Borges (BA) e José Ignácio (ES) e os vice-governadores Benedito Domingos (DF) e Hildegado Nunes (PA).

ser "melhorar o salário mínimo".

Com relação ao processo de privatização do Banespa, Antonio Carlos disse ser contra restrições à participação do capital estrangeiro, "o que viria contra a própria política de privatizações do governo". Mas apoiou a concessão de algum tipo de vantagem para as empresas nacionais. Uma hipótese que levantou seria a de dar preferência às empresas nacionais no caso de financiamento do BNDES para a compra do Banespa.

A respeito do pedido do Supremo Tribunal Federal para que a Polícia Federal investigue denúncias contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), Antonio Carlos Magalhães observou que a questão, no Senado, está no Conselho de Ética, que deverá tomar uma posição a respeito. "Se o processo vier para a Mesa, esta também decidirá", garantiu.

CCJ vota hoje substitutivo para combate à pobreza

Comissão aprecia texto elaborado pelo senador Lúcio Alcântara, que funde as duas propostas de emenda constitucional sobre o assunto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje o substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) às duas propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate à Pobreza. O texto apresentado ontem pelo relator à comissão reduz a vigência da alíquota adicional de 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — de dez para dois anos — e prevê a utilização, a partir de junho de 2002, de recursos equivalentes à economia de juros reais obtida com o ingresso de recursos da privatização.

Lúcio Alcântara disse ter buscado, em seu substitutivo, eliminar da lista das fontes de recursos que podem constituir o fundo toda e qualquer vinculação com relação a tributos já existentes. Com isso, afirmou o senador em

seu relatório, pretende-se "evitar prejuízos à gestão orçamentária e preservar o andamento dos programas sociais e econômicos já implementados".

Entre as fontes de recursos do fundo estão o adicional de 0,08% sobre a CPMF; um adicional de 5% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o Imposto sobre Grandes Fortunas; dotações orçamentárias e doações de qualquer natureza e outras receitas eventuais. Alcântara calcula que será possível arrecadar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões anuais, dependendo das dotações orçamentárias.

O senador considera indispensável o adicional sobre a CPMF, devido ao volume de recursos estimado em R\$ 4 bilhões por ano que poderá ser arrecadado apenas dessa fonte. No entanto, entende que seria inconveniente man-

ter esse adicional por dez anos, prazo previsto para a vigência do Fundo de Combate à Pobreza:

— Estaríamos colidindo com a direção que se vem buscando imprimir à reforma tributária. Assim, o substitutivo mantém a aplicação de um adicional de 0,08% da CPMF com receita vinculada ao Fundo de Combate à Pobreza, mas somente entre 18 de junho de 2000 e 17 de junho de 2002 — explicou o senador.

INDICAÇÃO

A CCJ ainda aprovou por unanimidade a indicação, feita pelo presidente da República, do nome do tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl, para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista.

Relatório da DRU mantém texto já aprovado pelos deputados

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou ontem confiança na aprovação sem modificações, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de seu relatório sobre a proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU), dando ao governo autonomia para aplicar 20% dos recursos orçamentários. A votação está prevista para a reunião de hoje, às 10h:

— O governo tem pressa na aprovação dessa PEC, por isso meu relatório segue a forma em que a proposta foi aprovada na Câmara, evitando que ela volte para uma segunda votação. Tenho convicção de contarmos com os votos suficientes na comissão para aprovar a DRU — disse Alcântara.

Durante a discussão do tema na semana passada, na CCJ, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF) apontou a aprovação da DRU como a prioridade número um do governo na convocação extraordinária. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estimou em R\$ 41 bilhões o montante de recursos do Orçamento

de 2000 que o governo poderá usar livremente.

Alcântara ressaltou que os estados e municípios não serão prejudicados pela desvinculação de receitas orçamentárias, na forma prevista em seu parecer. "Suas transferências constitucionais estarão preservadas, uma vez que o governo teve o cuidado de determinar que a DRU será aplicada no Orçamento após a retirada dos montantes dos fundos de participação." Ele explicou que a contribuição do salário-educação também não será tocada.

O relator manteve a redução do prazo de vigência da DRU até 2003, conforme aprovado na Câmara. A proposta original do governo previa a desvinculação de recursos até 2007.

A pauta da CCJ para hoje inclui, ainda, o projeto que disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho e define as carreiras típicas de Estado, vinculadas ao Poder Executivo. O projeto original do governo previa apenas seis carreiras de Estado. Durante sua tramitação na Câmara, foram acrescentadas mais 16 carreiras.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da "Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios judiciais.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista para analisar a "Medida Provisória nº 1988-16, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento. Pauta: Audiência pública com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Motta.

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Entre outros itens, "PEC nº 4/2000, que propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU); "PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; "PEC nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Pauta: Apresentação e votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Pauta: Exposição do governador do estado de São Paulo, Mário Covas, sobre "divergências fiscais entre estados da Federação". Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Na presidência da CRE, Sarney manteve os projetos na pauta e sugeriu a Calheiros que formule ao Plenário pedido para exame da matéria, primeiro, na CCJ

CRE marca para terça votação de projetos que limitam uso de armas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador José Sarney (PMDB-AP), marcou para a próxima terça-feira a análise do relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre três projetos de lei que limitam o uso de armas de fogo.

Autor de uma das propostas em tramitação, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) questionou o fato de a CRE estar analisando as propostas antes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, a constitucionalidade da matéria deve ser apreciada antes do mérito e, por isso, a CRE deveria remeter o processo à CCJ.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na CCJ, argumentou que o relatório de Piva aponta inconstitucionalidades nos projetos em tramitação. Por isso, avalia Calheiros, a proposta deveria ser examinada previamente pela CCJ. Além disso, ele interpreta que o substitutivo de Piva, em

vez de restringir o uso e a comercialização de armas de fogo, amplia a possibilidade de posse de armas, uma vez que dá prazo para regularização de armas ilegais.

“O parecer promove a inversão do que se pretende com os projetos”, reclamou Renan Calheiros. De acordo com o Regimento Interno do Senado, não são permitidas emendas “em sentido contrário à proposição” original.

A competência da CRE para analisar os projetos foi sustentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e pelo relator, Pedro Piva. “É uma questão de defesa nacional”, ponderou Tuma. O presidente da comissão julgou que não tem competência para enviar o processo para a CCJ, contrariando o despacho inicial da Mesa. Sarney manteve, assim, os projetos na pauta da CRE e sugeriu a Calheiros que formule o pedido de inversão de análise pelas comissões em plenário.

Simon propõe seminário para discutir o neonazismo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) requerimento solicitando a realização de um seminário sobre o neonazismo no mundo. A participação do Partido da Liberdade, cujo líder Joerg Haider é simpático às idéias nazistas, no governo da Áustria, e o assassinato de um adestrador de cães por um grupo neonazista em São Paulo indicam, para o senador, a necessidade de se discutir o assunto.

— Países criticaram a coalizão política estabelecida na Áustria. É uma preocupação compreensível, tendo em



Pedro Simon alerta para a tragédia causada pelo nazismo no mundo

vista a tragédia causada pelo nazismo. Parece que esse não é um fenômeno apenas europeu. Um bando de neonazistas em São Paulo matou um cidadão a pontapés — argumentou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou o requerimento, por acreditar que a ascensão da extrema direita na Europa serve de estímulo para grupos neonazistas no Brasil, que atacam judeus, nordestinos e homossexuais em “atos de terrorismo”. O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), determinou a inclusão do requerimento de Simon na pauta da próxima reunião da comissão, na terça-feira.

Educação terá R\$ 12,41 bi no Orçamento deste ano

Parlamentares aprovam também dotação de R\$ 1,98 bilhão para ciência e tecnologia e R\$ 239 milhões para a cultura

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem destaques que destinam mais R\$ 5 milhões para o setor de cultura no Orçamento deste ano e outros R\$ 3 milhões para educação. Com isso, a cultura contará com dotações de R\$ 239 milhões e a educação R\$ 12,41 bilhões.

O sub-relator da área, deputado João Fassarella (PT-MG), propôs que as verbas adicionais sejam aplicadas nos programas do Ministério da Cultura de ajuda a bibliotecas, bandas municipais e espaços culturais. Na área de educação, entre os órgãos benefi-

ciados estão o Hospital Universitário de Brasília (mais R\$ 700 mil) e a Universidade Federal da Bahia (mais R\$ 700 mil).

A comissão concordou ainda com o sub-relator e destinou ao Ministério da Ciência e Tecnologia novas verbas de R\$ 1,3 milhão, elevando o total do ano para R\$ 1,98 bilhão. As dotações adicionais só se tornaram possíveis porque o relator-geral do Orçamento, deputado Carlos Melles (PFL-MG), está reestimando para mais as receitas da União para este ano.

Com a votação desses destaques, a comissão terminou a apreciação do

quarto dos dez sub-relatórios em que foi dividido o Orçamento da União. Ainda na reunião de ontem, os deputados e senadores ouviram a leitura dos últimos sub-relatórios, das áreas de “Previdência e Assistência Social”, “Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo” e “Planejamento e Desenvolvimento Urbano”. A área “Previdência” está sendo relatada pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB), “Integração Nacional” pelo deputado José Lourenço (PFL-BA) e “Desenvolvimento Urbano” pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).



Calendário definido pela comissão prevê que a votação dos sub-relatórios setoriais deverá terminar na sexta-feira

Comissão Mista encerra votações até o dia 29

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu com líderes partidários e relatores que a lei orçamentária para este ano terá de ser votada até o dia 29 deste mês, sendo levada imediatamente à apreciação final do Congresso.

Ficou definido todo o calendário de tramitação do projeto orçamentário

para os próximos dias. Assim, a discussão dos seis sub-relatórios setoriais ainda não votados deverá estar concluída nesta sexta-feira, enquanto suas votações, incluindo destaques (parte mais demorada), terá de ser encerrada no dia 21. A seguir, haverá a discussão e a votação do relatório geral, preparado pelo deputado Carlos Melles.

Por lei, enquanto o Orçamento não é

aprovado o Executivo é autorizado a liberar as dotações previstas para o início do ano no projeto de lei enviado ao Congresso, evitando que a máquina federal seja paralisada. A proposta orçamentária preparada pelo Executivo prevê que a União arrecadará neste ano R\$ 229,2 bilhões e gastará R\$ 200,7 bilhões, com um superávit primário (fora gastos com juros) de R\$ 28,4 bilhões.

Ministro do TCU fala hoje sobre recursos dos fundos constitucionais

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento realizará audiência pública hoje, às 9h, para ouvir o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta. O ministro examinou a utilização dos

fundos no Nordeste e fez críticas à sua destinação.

Segundo o relator da matéria, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), a grande vantagem da medida provisória é determinar taxas de juros fixas para os empréstimos aos fundos, variando de 9% a 16%, de acordo com o tamanho da propriedade ru-

ral ou industrial tomadora. O deputado disse, porém, que a questão mais polêmica é a adoção de um “gatilho” estabelecendo que seja utilizada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para reajuste, sempre que essa taxa passar de 30% anuais. “Isso é agressivo para quem quer produzir”, alertou Garcia.

Senado ouve Covas hoje sobre guerra fiscal

O governador de São Paulo, Mário Covas, comparecerá hoje, às 17h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para falar sobre guerra fiscal. Será a primeira exposição que os senadores ouvirão sobre a concessão de incentivos fiscais para atração de indústrias. Nos próximos dias, a CAE ouvirá outros sete governadores, conforme proposta do presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O governador Mário Covas tem questionado os estímulos que alguns estados vêm oferecendo a indústrias e chegou a assinar decreto que autoriza a cobrança de ICMS adicional sobre todo produto que, fabricado com incentivo

em outro estado, seja comercializado em São Paulo. Um dos próximos governadores a ser ouvido pelos senadores deve ser César Borges, da Bahia, que tem defendido a concessão dos incentivos.

Também está convidado o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que cancelou incentivos concedidos pelo governo anterior à Ford, levando a fábrica de automóveis a se transferir para a Bahia, onde contará com várias vantagens fiscais. Também devem comparecer à CAE os governadores José Ignácio (ES), Jaime Lerner (PR), Tasso Jereissati (CE), José Maranhão (PB) e Itamar Franco (MG).

Incentivos opõem São Paulo a outros estados

De um lado, o estado de São Paulo, onde se produzem cerca de 35% de toda a riqueza nacional. Do outro lado, os estados que querem crescer e reivindicam uma política que promova a desconcentração regional do desenvolvimento. As autoridades paulistas lembram que a lei só autoriza a concessão de um incentivo se todos os outros estados concordarem. Nos últimos anos não houve nenhum acordo neste sentido.

“Então, como vamos nos industrializar e crescer?”, pergunta o governador da Bahia, César Borges. Os cearenses citam a Constituição, que coloca a redução das desigualdades sociais e regionais entre os objetivos a serem perseguidos na Federação.

A concessão de atrativos, apesar de proibida por lei, trilhou caminhos sofisticados e os estados evitam oferecer a redução direta de imposto — eles financiam a juros baixos todo o ICMS que a fábrica vai gerar nos primeiros anos de funcionamento. As empresas recebem ainda terrenos com toda infra-estrutura.

Na década de 60, com o governo federal forte, a concessão de incentivos chegou a ser estimulada na estratégia de descentralização econômica. Após a Constituição de 88, quando as unidades da Federação ganharam mais autonomia, os estados começa-

ram a conceder incentivos fiscais. Alguns analistas acreditam que a guerra fiscal se iniciou para valer na década de 90 por causa da fragilidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne todos os secretários de Fazenda dos estados e que deve aprovar por unanimidade qualquer incentivo fiscal. Para eles, o Confaz não tem instrumentos para punir os faltosos.

Resultado: com incentivos, o Paraná teria recebido cerca de 180 empresas, entre elas Renault, Chrysler, Detroit, Audi-Volkswagen e Siemens. A Bahia, aproximadamente 300, incluindo a Ford, a Semp-Toshiba, a Monsanto e a Azaléia. O Rio Grande do Sul ofereceu incentivos a centenas de empresas e o Ceará teria atraído mais de 200.

O governo de São Paulo alega que perdeu bilhões em arrecadação e aponta como uma das causas a saída de indústrias para outros estados. O governador Mário Covas assinou recentemente decreto que autoriza a cobrança de ICMS sobre produto fabricado em outro estado com redução do imposto. O governador Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, estado que nos últimos anos concedeu vários incentivos, promete fazer o mesmo, argumentando que, nesta “guerra”, os estados perdem arrecadação e só as indústrias ganham.



Calabi afirma aos senadores da CAE que dinheiro para Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem aumentado

Calabi reconhece na CAE concentração de empréstimos

Presidente do BNDES atribui ao desenvolvimento do Sul e do Sudeste a destinação da maior parte dos recursos do banco a essas regiões

A concentração nas regiões Sudeste e Sul dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi reconhecida ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo presidente da instituição, Andrea Calabi. Ele foi convidado a debater a distribuição regional dos recursos do banco em razão de requerimento apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), uma vez que menos de um quarto dos recursos das operações do BNDES são dirigidos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Conforme Calabi, a explicação para este quadro é a concentração histórica do desenvolvimento nas regiões Sudeste e Sul. Dados oficiais do banco

entregues aos senadores mostram que a participação dos financiamentos ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste na carteira do BNDES equivale à participação da economia dessas regiões no Produto Interno Bruto (PIB), de 23,7%.

— Mesmo em comparação com países de desenvolvimento mais recente, como o Canadá e a Austrália, é uma concentração muito grande — disse Calabi. Mas o presidente do BNDES informou que a média anual das liberações de recursos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste elevou-se de R\$ 2,1 bilhões no período de 1990-1994 para R\$ 3,8 bilhões no período 1995-1999, o que representou um crescimento de 83,2%.

Calabi explicou que exame superficial-

al dos dados poderia indicar diminuição nos desembolsos nos anos de 1998 e 1999, comparados aos dados de 1997. Ocorre, segundo o dirigente, que em 1997 foi grande a destinação de recursos aos estados a título de antecipação relativas à venda de empresas estatais. Essas antecipações não devem contar como financiamentos.

O presidente do BNDES disse que há um grande esforço no banco no sentido de que o programa de financiamentos e investimentos da instituição contribua para a diminuição dos desequilíbrios entre as regiões. Calabi afirmou que a vocação do banco são os grandes projetos, mas a instituição também está desempenhando papel importante no microcrédito e nos investimentos sociais.

Senadores cobram novo papel do banco

O BNDES seria o grande instrumento para diminuir os desequilíbrios entre as regiões, segundo a opinião de vários senadores presentes ontem ao debate realizado na CAE com o presidente da instituição, Andrea Calabi. Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a instituição deve buscar soluções ousadas e rápidas para carrear mais recursos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) acha que o BNDES deve ter um papel mais ativo e induzir o desenvolvimento, indo ao encontro de empreendedores naquelas regiões. Segundo

Calabi, o banco tem recursos para aplicar no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas muitas vezes os projetos são inadequados. Por essa razão, o banco está trabalhando com a Financiadora de Projetos (Finep) na melhoria das propostas a serem levadas ao banco.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), ou o BNDES muda sua atitude frente aos desequilíbrios regionais ou verá “engessada” a sua carteira de empréstimos. Tramita no Congresso projeto fixando em 30% as aplicações do banco nas regiões menos desenvolvidas.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que é essencial mai-

or contato da instituição com as micro e pequenas empresas, ponto de vista compartilhado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Dois senadores por São Paulo — estado que detém 35% dos empréstimos do BNDES — mostraram-se favoráveis ao aumento dos financiamentos do banco aos estados menos desenvolvidos. Para Eduardo Suplicy (PT), “os paulistas devem compreender a necessidade de maior equilíbrio”. Pedro Piva (PSDB) é de opinião que a ação do governo federal como direcionador de recursos poderia acabar com a guerra fiscal.

CAE aprova renegociação da dívida de Moçambique com o Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem parecer favorável à reestruturação da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões. O crédito é resultante de operações do Fundo de Financiamento às Exportações (Finex).

No relatório que apresentou à comissão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destacou que já foram feitos acordos de dívidas decorrentes do Finex

com vários países africanos, entre eles Gabão, Zâmbia e Maurítânia. O senador observou que o nível de relacionamento entre os dois países não permite nenhuma outra forma de recuperação dos créditos brasileiros que não esta. A matéria será submetida agora à deliberação do Plenário.

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer favorável do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) para a prefeitura de Cachoeirinha (RS) contratar emprésti-

mo de R\$ 2 milhões junto ao Fundo de Desenvolvimento do Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes). O fundo é administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). O pedido depende ainda de votação do Plenário.

REQUERIMENTOS

Ao final da reunião, após a audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional (*ver matéria na página 5*), a CAE aprovou requerimento do sena-

dor Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando audiência pública conjunta com as comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC). Deverão participar representantes das quatro maiores companhias aéreas nacionais (Vasp, Varig, Transbrasil e TAM) e também da Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), para tratar das recentes polêmicas envolvendo o setor.

Também foi aprovado requerimento

apresentado por Suplicy e pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) para constituição de um grupo de estudo sobre assuntos financeiros internacionais. O primeiro tema a ser debatido pelo grupo é a dolarização de economias latino-americanas. A CAE aprovou ainda requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) convidando o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, para explicar a renegociação da dívida da capital paulista.

CAE debate refinanciamento da dívida de Pernambuco

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou decisão do Poder Executivo de não enviar ao Senado o termo aditivo ao contrato de refinanciamento da dívida mobiliária de Pernambuco. Na avaliação do senador, se o contrato original precisava ser aprovado pelo Senado, o mesmo vale para o termo aditivo que o alterou. A indagação de Suplicy foi feita na audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que ocorreu ontem o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, e o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional, Carlos Eduardo Monteiro.

O secretário disse que não interpreta a Resolução 78/98 artigo por artigo, mas sim de forma sistêmica, o que eximia o Poder Executivo de encaminhar ao Senado o termo aditivo que ampliou o prazo de pagamento da dívida.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o governo federal e o governo de Pernambuco praticaram "um ato de absoluta imoralidade". Lembrou denúncia que formulou ao Ministério Público, contra a renegociação da dívida, ressaltando que a CAE foi "atropelada, relegada a segundo plano", ao não ser informada do aditivo.

Requião disse que um diretor do Bradesco — beneficiário final dos títulos emitidos por Pernambuco para pagamento de sentenças judiciais, os conhecidos precatórios — está indiciado por cinco crimes, "incluindo o de formação de quadrilha que, ao que parece, se amplia neste momento". Acrescentou que Barbosa e Monteiro falavam "com a tranqüilidade daqueles que têm a certeza da impunidade".

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), autor do requerimento convidando o secretário a vir à comissão, e José Jorge (PFL-PE) repudiaram as declarações de Requião. José Jorge lembrou que o estado conseguiu que o Bradesco devolvesse R\$ 56 milhões relativos ao deságio dos títulos que comprou, por exigência do governador Jarbas Vasconcelos. Para Requião, porém, esse deságio chegou a R\$ 128 milhões. José Jorge solidarizou-se com Requião — relator da CPI dos Precatórios — quanto ao fato de os responsáveis pela emissão de títulos fraudulentos não terem sido punidos.

O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), enfatizou que o dinheiro dos títulos efetivamente entrou nos cofres do estado, e por isso deve ser pago, descontados as taxas de sucesso e os deságios transformados em lucros exorbitantes por empresas financeiras, conforme exigência do Senado. O senador José Fogaça (PMDB-RS) elogiou "a competência e o espírito de iniciativa" do governador de Pernambuco, que tomou medidas para solucionar o problema. Já o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) elogiou a condução da reunião da CAE por seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Emenda que disciplina precatórios deve ser votada na sexta-feira

Proposta relatada pelo senador Edison Lobão determina que sejam pagos somente débitos provenientes de sentenças para as quais não há mais possibilidade de recurso



Plenário realiza hoje o terceiro dia de discussão da PEC que estabelece normas para os precatórios

Autorizado empréstimo para automação da ECT

O Senado autorizou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente seu limite de endividamento e a contratar dois empréstimos — um de 121,5 milhões de marcos alemães junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau e outro de 53,7 milhões de euros junto à Societé Générale — Banco Sogeral. Os dois empréstimos se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais.

Conforme o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Fogaça (PMDB-RS), os recursos se destinam a financiar bens importados de origem alemã e francesa e a pagar bens produzidos internamente, per-

mitindo à ECT executar seu projeto de automação.

Os senadores Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos (PT-DF) e Geraldo Cândido (PT-RJ) votaram contra os projetos. Lembrando que mais da metade do Orçamento da União está comprometida com pagamento de juros e do serviço da dívida, Heloísa Helena referiu-se a esse endividamento como mais uma tragédia na economia brasileira. Ela se disse preocupada com o fato de que, simultaneamente a esses pedidos de empréstimo, o governo aguarda que a Câmara vote projeto de lei destinado a privatizar a ECT.

— Lendo todo o projeto que tramita na Câmara, vê-se a criação de uma es-

trutura propícia à privatização. É no mínimo preocupante que, na expectativa de criar-se até uma agência reguladora dos Correios, autorizemos esses empréstimos.

O senador Lauro Campos alertou para o fato de que, após o saneamento da ECT, o BNDES poderá entregá-la à iniciativa privada. Ele argumentou que todos os serviços privatizados tiveram suas tarifas aumentadas, e deu como exemplo pedágios, energia elétrica e telefone.

— Dentro de pouco tempo, faltará apenas o ar para ser objeto de uma empresa no Brasil. Surgirá uma agência que vai colocar no nariz de cada brasileiro um bafômetro, para saber quanto o sujeito respira — concluiu.

Brasil receberá US\$ 30 milhões do Banco Mundial para saneamento

O Plenário do Senado autorizou ontem o governo brasileiro a contratar empréstimo de US\$ 30,3 milhões junto ao Banco Mundial, para financiar parcialmente projeto de saneamento destinado a populações de baixa renda. A matéria vai agora a promulgação.

Conforme o governo, o objetivo do projeto é a prestação de serviço integrado, de forma a atender a demanda de fornecimento de água e esgoto às populações mais carentes. Segundo o relator, senador Agnelo Alves (PMDB-RN), com esse investimento o governo quer obter resulta-

dos em desenvolvimento local, com a redução da taxa de mortalidade infantil, melhoria dos níveis de aprendizado, aumento da produtividade da população e melhoria da qualidade do meio ambiente urbano.

O custo total do endividamento foi orçado em US\$ 49 milhões, a serem desembolsados no prazo de seis anos. Além do empréstimo a ser contratado, estão previstas contrapartidas internas, não financeiras. A União entrará no projeto de saneamento com o equivalente a US\$ 3 milhões, e os estados e municípios, com US\$ 16 milhões.



Agnelo Alves vê perspectivas de melhorias para a população

Realizado o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que a matéria volta a ser discutida na sessão de hoje, estando prevista sua votação em primeiro turno para sexta-feira. Se aprovada, a matéria será submetida a mais três sessões de discussão, antes de ser votada definitivamente em segundo turno.

Relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estabelece que os precatórios só serão pagos se relativos a débitos provenientes de sentenças para as quais não há mais recurso. Também determina que os precatórios devem ser incluídos no orçamento das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo de pagamento até o final do ano seguinte.

A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no Orçamento, passará a ser feita no pagamento. E, para possibilitar o pagamento dos precatórios atrasados, Lobão propõe a inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após essa data serão pagas à vista.

Projeto sobre lançamento de petróleo nas águas volta à CCJ

O Plenário rejeitou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) para que fosse ouvida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre projeto que define as ações de fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e outras substâncias nocivas em águas brasileiras.

Rejeitado o requerimento, o presidente do Senado anunciou que o projeto voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aprovada na Câmara dos Deputados em 1996, a matéria teve parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR), também já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Na CCJ, ficará contando prazo para recebimento de emendas.

Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) para que a Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 28 de março seja dedicada a comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freyre.

Otávio apela à ANP para reduzir risco de acidente

Senador pede providências imediatas para superar as causas de possíveis desastres ambientais no transporte de petróleo nos rios da Amazônia

Em apelo dirigido à Agência Nacional do Petróleo (ANP), o senador Luiz Otávio (PA) solicitou providências imediatas para superar as causas de possíveis riscos ambientais no transporte de petróleo e derivados pelos rios da Amazônia. Ele sugeriu “a participação de todos os órgãos envolvidos, inclusive dos armadores regionais”.

Para Luiz Otávio, a política de desqualificação dos preços de derivados de petróleo na região, a “recusa continuada do governo federal em realinhar os preços das tarifas de fretes desses produtos” e o poder oligopolista da Petrobras e das distribuidoras multinacionais são as causas do que ele qualificou de “perversão dos fluxos de caixas das empresas regionais”.



Para Luiz Otávio, acidentes como o de Vila do Conde foram previstos pelos sindicatos

É essa perversão que, a seu ver, leva os armadores da Amazônia à inadimplência, à impossibilidade de ter finan-

ciamentos para reposição e renovação de equipamentos, ao sucateamento da frota e à canibalização de máquinas e peças.

Acidentes como o ocorrido no porto de Vila do Conde, no município de Barcarena (PA), em que uma balsa afundou com 2 mil toneladas de óleo combustível, foram previstos pelo Sindicato dos Armadores do Pará e Amazonas, afirmou o senador, que também alertou as autoridades para o perigo quatro dias antes do acidente.

Segundo informou Luiz Otávio, em ofícios datados de 10 de novembro passado e 30 de janeiro deste ano, os armadores manifestaram seus temores aos ministérios dos Transportes, Minas e Energia, Meio Ambiente e Amazônia Legal e Fazenda.

Saturnino defende as cooperativas luzzatti

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez um apelo ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o Banco Central (BC) reveja sua decisão de extinguir as cooperativas abertas de microcrédito, conhecidas como cooperativas luzzatti. Resolução de 27 de maio de 1999 fixou um prazo de dois anos para a extinção destas instituições:

— Foi uma decisão infeliz, que somente pode ser explicada pela lógica do grande capital. O BC é submisso ao sistema financeiro internacional e aos bancos de porte, acreditando que somente o grande é bom. Mas a Comissão Especial do Senado para Erradicação da Pobreza identificou justamente no microcrédito uma das ferramentas mais eficientes para promover distribuição de renda e desenvolvimento regional — lembrou.

Segundo Saturnino, são 13 coopera-



Saturnino: “Decisão infeliz do BC só pode ser explicada pela lógica do grande capital”

tivas abertas, sediadas em pequenas cidades do interior, atendendo a 250 mil cooperados com créditos entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil. “A inadimplência é baixa porque os clientes são conhecidos dos gestores. Esse tipo de coopera-

tiva não é corporativista, atende a qualquer microempresário ou agricultor que precise de crédito, por isso sua ação é exemplar para dinamizar a economia de pequenos municípios, onde nem banco comercial há”, salientou.

Saturnino citou a cooperativa de Mendes, no Vale do Paraíba (RJ), como uma das mais dinâmicas do país. A comunidade local, informou o senador, está inconformada e organizando protestos, desde que a imprensa divulgou a decisão do BC de extinguir esse tipo de associação não-governamental.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou a decisão do BC e sugeriu que o BNDES entregasse uma fatia de seus recursos a essas cooperativas abertas, para promover a descentralização de verbas e a interiorização do desenvolvimento. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a idéia.

Freire diz que cota para parentes é “imoralidade”

A reserva de parte dos cargos de assessoria no setor público a parentes de autoridades foi repudiada ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Autor de dois projetos de lei destinados a proibir a contratação de parentes até terceiro grau nos três Poderes, aprovados pelo Senado e arquivados pela Câmara, Freire disse preferir a atual situação — em que é livre a contratação de parentes por parlamentares e autoridades dos governos federal, estaduais e municipais — a um nepotismo disfarçado:

— Imoralidade maior é fixar cotas. Serão as cotas da imoralidade — afir-

mou Freire.

O senador argumentou que a reserva de cargos para parentes abriria espaço para outros absurdos como a cota para comissões fraudulentas cobradas por detentores de poder dentro da administração pública e dos parlamentos.

Em seu discurso, Freire também abordou o tratamento dado aos títulos emitidos para o pagamento de precatórios. Objeto de uma CPI há três anos, os títulos estão com seu destino incerto. No caso dos títulos de Santa Catarina, o senador é de opinião que eles não podem ser negociados no mercado, sob pena de infringência de resolução apro-



Roberto Freire acha proposta absurda e a considera um “nepotismo disfarçado”

vada pelo Senado. Quanto aos títulos de Pernambuco, Freire se mostrou surpreso com as notícias que dão conta de acordo entre o governo estadual e o Bradesco para validar os papéis.



Ney Suassuna, presidente da CAE, o ministro Paulo Renato e o relator do pedido de empréstimo, senador José Roberto Arruda

Ministro pede urgência em empréstimo para ensino médio

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, esteve ontem à noite no gabinete do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para pedir que seja apressada a tramitação da mensagem presidencial que permite a contratação de empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed).

De acordo com o presidente da CAE,

o dinheiro será repassado aos estados a fundo perdido e será utilizado na instalação de laboratórios e bibliotecas, compra de material didático e de equipamentos e reforma de escolas.

O relator da matéria, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que também participou da reunião com o ministro, explicou que o pedido de urgência tem como objetivo aproveitar que o presidente do BID, Enrique Iglesias, estará no Brasil no dia 2 de março, e poderia, na oportunidade, assinar o contrato, caso o Senado autorize.

Osmar quer mudar regime de concessão de serviços públicos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto modificando a lei que trata do regime de concessão e prestação de serviços públicos, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas. Ele acrescentou que ainda esta semana deverá apresentar um outro projeto alterando a mesma lei, determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.

A discussão sobre a concessão do controle das rodovias do Paraná motivou o senador a apresentar as duas propostas. Ele registrou que o atual modelo de privatização de rodovias tem gerado reclamações dos usuários e que, no caso do seu estado, poucas pessoas conhecem os termos dos contratos assinados entre o governo e as concessionárias. “O projeto abre a ‘caixa-preta’ que é a concessão de rodovias no país”, afirmou.

Segundo Osmar Dias, o governo paranaense havia concordado em reajustar o preço cobrado nos pedágios em 116%, mas, como a Justiça impediu a concessão do percentual, houve um acordo entre concessionários e o governo para que o aumento fique em 80%. Ele acrescentou que o preço atual já significa um acréscimo de 10% nos custos da produção agropecuária, o setor econômico mais importante do estado:

— O pior é que estamos falando em rodovias construídas com recursos públicos, que não foram duplicadas, não receberam pontes, viadutos ou sequer os



Osmar Dias disse que aumentos de pedágios na rodovias do Paraná são “absurdos”

acessos programados. Não é possível suportar aumentos como esses — protestou Osmar Dias.

Quanto ao projeto que determina a exigência de um relatório de impacto econômico-social antes da concessão de serviços públicos, Osmar Dias explicou que o objetivo é que a sociedade tenha conhecimento dos efeitos que a ação causará na economia e na vida social dos cidadãos.

O relatório analisará aspectos como o número de empregos a serem gerados, o custo financeiro a ser repassado para os agentes privados, o impacto sobre o custo da produção agropecuária (quando houver) e sobre as finanças públicas do responsável pela concessão, incluindo o efeito sobre a arrecadação de impostos.

Maldaner se manifesta contra federalização dos títulos de SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou sua indignação quanto à intenção do governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, de federalizar os títulos do estado, de acordo com notícias publicadas ontem pela imprensa. Segundo o senador, o governador Amin criticou com veemência, à época da campanha eleitoral do ano passado, a tentativa de federalização dos títulos pelo governo anterior, qualificando-a como "um crime, um absurdo, um ato pecaminoso que descia às profundezas do inferno".

Maldaner disse não entender por que, agora, o governador Esperidião Amin quer federalizar os títulos catarinenses, acrescentando que, se isso ocorrer, "então houve estelionato eleitoral, hou-



Casildo Maldaner: "Das profundezas do inferno ao reino dos céus"

ve fraude, e o povo catarinense foi ludibriado". Ele lembrou que entre 97 e 98, quando começaram a surgir as denúncias de malversação dos títulos estaduais, o ex-governador catarinense Paulo Afonso Vieira foi duramente criticado, embora não tenha usado sequer um terço dos títulos que dispunha, pois o restante foi bloqueado.

— Qual não é a nossa surpresa por tomarmos conhecimento de que o governador Amin fala em federalizar esses títulos. Se ontem não podia, hoje eles mesmos o fazem. Não dá para entender. Só se esses títulos desceram às profundezas do inferno e, agora, subiram ao reino dos céus e se purificaram — disse o senador.

Suassuna propõe mudanças em MP que instituiu o Refis

Senador sugere que programa permita a renegociação não só das dívidas, mas também dos créditos das empresas junto ao governo

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis) é excelente, mas carece de maior realismo. A avaliação é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele disse que os senadores devem aperfeiçoar o programa, por meio de projeto de lei de conversão à medida provisória que o instituiu. Conforme informou o senador, um grupo de trabalho constituído na CAE está fazendo um estudo sobre o assunto, como subsídio às negociações com a área econômica do governo.

Suassuna afirmou que muitas empresas estão em situação difícil e não podem dar garantias de pagamento



Ney Suassuna é contra a exigência de garantias reais para refinarçar as dívidas

das dívidas passadas, como estabelece o texto da MP. "Se exigirmos garantias reais, o programa não irá adiante", previu. Por outro lado, argumentou, não é só a União que tem a

receber dívidas das empresas com a Receita Federal e o INSS, mas as próprias empresas também têm créditos. Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) apoiou a idéia de se aperfeiçoar a medida provisória. Ele admite que, em alguns casos, o Estado exija algum tipo de garantia. No entanto, sustenta, a maioria das empresas estaria impossibilitada de conceder as garantias.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip: Alergia* — 1ª parte
6h30 — *Debate*: O senador Geraldo Althoff e o senador Pedro Piva falam sobre o limite dos gastos dos municípios
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: O senador Roberto Saturnino fala sobre a desnacionalização da economia
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola: Paisagens Brasileiras* — episódio: *Aldeia Indígena — Marabá/PA*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão que analisa a MP dos fundos constitucionais (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Refinanciamento abrange débitos com o INSS e a Receita Federal

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pelo governo federal através de medida provisória editada em 13 de janeiro deste ano, destina-se a regularizar o recebimento de créditos da União relativos a impostos e contribuições devidos por pessoas jurídicas e administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os débitos abarcados pelo Refis podem estar ou não constituídos, inscritos ou não na dívida ativa da União, ajuizados ou a ajuizar, com exigibili-

dade suspensa ou não, incluindo também os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

A regulamentação do Refis foi publicada no *Diário Oficial* da União de 26 de janeiro.

Através do Refis, que integra o Programa Brasil Empreendedor, lançado pelo governo federal em outubro de 1999, as empresas devedoras poderão reescalonar o pagamento dos débitos acumulados, desde que se inscrevam no programa até 31 de março.

Pelas condições estabelecidas na

medida provisória, o Refis é administrado por um conselho gestor composto por representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do INSS.

Como optante do programa, a empresa fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos seus débitos fiscais. A consolidação será feita à base da taxa Selic e os débitos em juros, multas e principal serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Eduardo Suplicy apóia recomendações de Requião em relação aos precatórios

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apoiando recomendação do senador Roberto Requião (PMDB-PR), pediu, em discurso no Plenário, que o Senado examine com atenção os acordos realizados entre a União, o estado de Pernambuco e o Bradesco para refinanciamento dos títulos emitidos para pagamento de precatórios. Para Suplicy, esse acordo e o que trata dos precatórios do município de São Paulo devem ser objeto de melhor "escrutínio, análise e decisão do Senado".

Suplicy salientou que Requião, como relator da CPI dos Precatórios, sempre se manteve imparcial no relacionamento com governadores e prefeitos de diferentes partidos, inclusive do PMDB, adotando o mesmo critério para todos e mantendo-se "sempre assertivo e duro".

— Minha solidariedade ao senador Requião pelo destemor e pela manei-



Suplicy também fez um alerta sobre os riscos de dolarização da economia argentina

ra assertiva com que tantas vezes se expressa em defesa do que avalia ser o melhor para o interesse público — disse.

Suplicy também criticou afirmação do ex-presidente argentino Carlos Menem, em artigo no jornal *La Nación*, de que a dolarização da economia da-

quele país "é inevitável". Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique, em recente reunião com membros da CAE, disse ser contra a dolarização da economia brasileira. E frisou que "o Brasil não pode ficar de braços cruzados diante da dolarização da economia do Equador, enquanto a Argentina está considerando esse caminho".

— Se países da América Latina que nos cercam estiverem no caminho da dolarização, isso poderá ser extremamente grave para nós — advertiu.

Ele registrou a presença na Casa do governador Esperidião Amin (SC), e disse ter tomado conhecimento de que a Assembleia Legislativa catarinense aprovou recursos para o programa de renda mínima, embora o projeto de sua autoria ainda não tenha sido aprovado pelo Congresso.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Viana defende controle social na saúde pública

Modelo atual é bom, diz senador, mas os problemas se multiplicam porque não é dada à população a chance de fiscalizar os serviços

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem que o maior problema da saúde pública do país não é a escassez de recursos, mas a não implantação do controle social do modelo de saúde, estabelecido pela Constituição de 1988. Ele lembrou que o controle através de um conselho nacional e de conselhos estaduais e municipais vem sendo discutido desde 1986, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde.

— Se permitirmos ao povo acesso à entrada dos hospitais para fiscalizar, criticar, interpretar e analisar o modelo praticado, em respeito à dignidade humana, nós mudamos a realidade da saúde do país. Mas, infelizmente, poucos são os prefeitos e governadores que têm dado a devida atenção ao controle social — lamentou Tião Viana.

Para ele, o Brasil dispõe do melhor modelo institucional de saúde pública



Tião Viana: o povo deve participar da gestão do sistema público de saúde

do mundo, graças à luta dos trabalhadores levada em consideração pelo Congresso, na Constituição de 1988. Por outro lado, para Tião Viana, a maneira assistencial como o sistema de saúde foi implantado no país proporciona as cenas veiculadas na TV, de violência à integridade física, psicológica e aos direitos dos cidadãos, quando procuram ajuda em alguns hospitais.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) concordou que o controle social é uma das carências principais do atual sistema de saúde. Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que a municipalização dos serviços não está atingindo os objetivos esperados na maioria das cidades do país. E Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que os conselhos estaduais e municipais, já constituídos, não tenham autonomia sequer para interferir na questão financeira ou orçamentária.



Tuma: punição para fraude com remédios

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) declarou-se indignado com o tratamento dispensado pela indústria farmacêutica ao consumidor. Lembrando a denominação “Bom para Otário”, ou *BO*, dada aos remédios não eficazes, conforme o depoimento do presidente da Associação Brasileira das Redes de Farmácias (Abrafarma), Aparecido Bueno Camargo, na Câmara dos Deputados, Tuma disse que a solução para o problema seria “BC — Bom para Canalha, um par de alças, para aqueles que desrespeitam a saúde pública”.

Maguito felicita seleção por conquista do Pré-Olímpico

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou ontem a seleção brasileira de futebol pela conquista do Torneio Pré-Olímpico, no último domingo em Londrina (PR). Maguito esteve presente ao jogo final, entre o Brasil e o Uruguai, e viu a capacidade de organização do país. Para ele, com este torneio, o Brasil credencia-se para sediar a Copa do Mundo em 2006.

Maguito lembrou que o futebol é responsável por milhares de empregos no Brasil e que, a exemplo de outros países, o país tem muito a ganhar com a realiza-

ção da Copa do Mundo. “O futebol cada vez mais se consagra como a grande indústria que movimenta cifras fabulosas, ao mesmo tempo em que possui ingredientes inexplicáveis que mexem com a emoção e os sentimentos de nações inteiras. Quem se habilita a administrar com eficiência esse engenho que une acurado senso empresarial com intensa paixão, certamente, estará fornecendo ao mundo um retrato positivo de seu país”, avaliou.

Ele acrescentou que acredita no su-



Maguito: Brasil se credenciou para sediar a Copa do Mundo em 2006

cesso do futebol brasileiro nas Olimpíadas de Sidney, em setembro. “O Brasil tem tudo para buscar a medalha de ouro e tenho certeza que a maioria dos craques desta seleção integrará a seleção principal do Brasil na Copa de 2002, no Japão e Coréia”, disse.

Amorim pede investimentos agrícolas na região Norte

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) reivindica investimentos maciços do BNDES na agricultura da região Norte. “Lá não existem inundações, nem seca ou geadas. Os investimentos serão certos, com retorno garantido nas safras de milho, feijão e arroz”, destacou.



Amorim não entende por que o BNDES não investe no Norte do país

Ele considera inadmissível que o banco não tenha investido em projetos da região Norte nos últimos cinco anos. “Se o BNDES dispõe de dinheiro até para emprestar a empresas estrangeiras para comprar nossas estatais, por que não investir na região Norte?”, perguntou.

O senador lembrou os problemas climáticos que as regiões Sul e Sudeste enfrentaram no ano passado, que levaram o governo federal a anunciar a liberação de R\$ 1,2 bilhão para amenizar as dificuldades na entressafra. “Chegou a hora de o governo diversificar seus investimentos agrícolas, levando parte deles para a região Norte, em especial para Rondônia.”

Amorim disse que hoje é ainda maior a necessidade de criar empregos em Rondônia, devido à recente demissão de 10 mil servidores públicos. “Não há setor com retorno tão imediato no combate ao desemprego como a agricultura”, observou o senador.

Geraldo Melo insiste em tarifa de energia menor para irrigação

A prioridade que o governo federal tem dado ao programa Luz no Campo, através do qual pretende oferecer melhores condições de vida e produção aos agricultores, levou o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) a admitir que este é o momento favorável para o Congresso aprovar projeto de sua autoria propondo regime tarifário especial para a irrigação.



Geraldo Melo: novo programa do governo favorece a adoção do regime tarifário especial

A proposta de Melo, apresentada no último dia 31 de janeiro, será apreciada em caráter terminativo nas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos. O senador pretende que as pessoas físicas e jurídicas que praticarem agricultura irrigada tenham regime tarifário especial no fornecimento de energia elétrica, correspondente ao preço pago pela empresa distribuidora à geradora ou à transportadora de energia, acrescido de 15%. “Meu objetivo com essa iniciativa é assegurar condições de competitividade à agricultura irrigada no país”, esclareceu.

Ele explica que o projeto, apesar de visar à redução de custos, não é subsidiado. “Dispondo de tarifas especiais, uma parcela significativa de agricultores brasileiros, sobretudo nas regiões

áridas, poderá adotar os métodos de irrigação sem temer a conta de energia que terá de pagar no final do mês”.

Para Melo, esse é o ponto decisivo. Ele acredita que, com a implantação do benefício, as exportações de produtos primários brasileiros, principalmente frutas, poderão ganhar maior competitividade no

mercado internacional, além de aumentar a oferta interna.

A agricultura brasileira, sustenta Geraldo Melo, tem se ressentido da falta de mecanismos desse tipo. A prova disso, afirmou, é o fato de que, dos cerca de 5 milhões de propriedades rurais em todo Brasil, aproximadamente 3 milhões estão à venda ou serão tomadas pelos bancos. Melo também citou as dificuldades na área específica dos projetos de irrigação.

— No Rio Grande do Norte, por exemplo, temos o projeto Baixo Açu, financiado com recursos externos. Ele está com sua infra-estrutura pronta, dispõe de sistema de captação e adutoras para beneficiar cerca de 5 mil hectares. No entanto, os preços da taxa de energia inibem os agricultores e o projeto não avança — afirmou o senador.

Maldaner quer dedução do IR para doações à defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de lei que permite às pessoas físicas e jurídicas abaterem do Imposto de Renda (IR) contribuições e doações a órgãos e fundos de defesa civil. A proposta estabelece que as deduções do imposto das pessoas jurídicas terão o limite de 2% do seu lucro operacional, enquanto as pessoas físicas poderão abater integralmente o que doarem aos fundos de defesa civil oficiais. A matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

Ao justificar a iniciativa, Casildo Maldaner afirma que é notória, em todo o país, a falta de uma estrutura de defesa civil adequada ao tamanho e à complexidade das regiões metropolitanas. Ele lembra que calamidades atingem periodicamente a população, e que a opinião pública reclama da capacidade governamental para promover ações preventivas ou mesmo de socorro rápido e eficaz.

Casildo Maldaner diz que, apesar de a União ser constitucionalmente responsável pela defesa permanente contra calamidades públicas, “pouco tem feito”. Ele cita como exemplo o Fundo



Maldaner: proposta trará recursos para a prevenção de calamidades

Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Nos anos de 93, 94 e 95, ele recebeu “repasses ínfimos” do Orçamento, de R\$ 168,3 mil, R\$ 121,5 mil e R\$ 252,4 mil, respectivamente. Em 96, sequer foi mencionado nas dotações orçamentárias.

A possibilidade de as pessoas físicas e jurídicas fazerem contribuições e doações a órgãos e fundos de defesa civil, com abatimento no IR, está, segundo o senador, “vinculada à idéia de esforço e solidariedade comunitários, isto é, os contribuintes farão maior ou menor uso do permissivo legal na medida em que se sentirem convencidos da importância de manter, em seu próprio benefício, órgãos de proteção contra calamidades”.